

# Centésimo Número da Revista Nação e Defesa e os Desafios do Presente

Júlio Francisco Miranda Calha

*Secretário de Estado da Defesa Nacional entre Setembro de 2000 e Julho de 2001*

A publicação do 100º número da revista “Nação e Defesa” converge com a passagem dos 25 anos de actividade do Instituto da Defesa Nacional e com o milésimo auditor dos Cursos de Defesa Nacional.

A coincidência de tais situações sugere uma breve reflexão sobre a evolução da revista “Nação e Defesa” à luz das mudanças que se verificaram na sociedade portuguesa e na conjuntura internacional, bem como sobre os desafios que se colocam de imediato.

Teremos de recuar a Abril de 1976 para referenciar a primeira edição da revista. Em Julho de 77, o Instituto da Defesa Nacional, que acabara de ser criado, passou a ter a responsabilidade da orientação e da publicação da “Nação e Defesa”, com o objectivo de “difundir até ao mais alto nível, civil e militar, a política de Defesa Nacional e os grandes problemas com ela relacionados, nomeadamente no campo político, económico, científico e militar.” A presente política editorial da revista propõe-se, por outro lado, constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com problemáticas mais recentes”.

Volvidos 25 anos e uma centena de edições da revista, poder-se-á considerar que os objectivos inicialmente propostos se reflectiram nas páginas da publicação, trazendo ao debate temas e preocupações que se colocam à Defesa Nacional, bem como a áreas com ela relacionadas, como são, entre outras, os casos da economia, da cultura ou das tecnologias. Comunicações proferidas em seminários organizados pelo IDN e artigos de opinião de protagonistas da vida política, universitária e militar contribuíram para valorizar o espaço de reflexão e de abordagem da “Nação e Defesa”.

O caminho percorrido revelou-se atento aos acontecimentos e às mudanças sociais e políticas entretanto surgidas e teve em vista a aproximação da sociedade às temáticas relacionadas com a Defesa Nacional. Inseriu-se, também, no âmbito dos objectivos do IDN de valorização de quadros militares e civis, de actualização da doutrina de Defesa Nacional e do acompanhamento das questões da segurança e das relações internacionais.

Dentro desta perspectiva, a revista “Nação e Defesa” é um espaço privilegiado para a abordagem das situações que caracterizam o ambiente directamente relacionado com os interesses portugueses e a afirmação de Portugal nas instâncias internacionais. Tais situações carecem de tratamento e análise não tradicionais, pois também elas contêm em si realidades novas.

A ausência do anterior confronto bipolar motiva um ambiente de distensão que torna difícil equacionar ou debater as questões da Defesa. No entanto, há situações tendencialmente ameaçadoras que devem ser tidas em conta e que mostram que a estabilidade e o clima de paz não são bens adquiridos para todo o sempre.

Países do antigo Bloco de Leste mostraram-se incapazes de ultrapassar os conflitos étnicos e religiosos, degenerando estes em situações sangrentas que trouxeram a guerra às portas da área de influência euro-atlântica e provocaram vagas de populações desalojadas e a instabilidade nos países vizinhos. Os países ocidentais foram assim levados a utilizar os seus meios em missões humanitárias e de manutenção da paz, na sequência de decisões da ONU e sob a égide da OTAN.

A citada desagregação e os problemas internos de muitos desses países facilitaram o desenvolvimento do mercado negro de tecnologias relacionadas com armas nucleares e químicas, a par do tráfico de drogas e da emigração clandestina. Este aumento do crime organizado é um factor gerador de instabilidade internacional e facilita a proliferação da ameaça nuclear até há pouco restringida ao confronto Leste-Oeste.

A situação de estabilidade e a riqueza gerada na União Europeia motiva também que este espaço seja encarado como uma referência e um local de refúgio a atingir por populações que procuram uma vida com dignidade. As desigualdades crescentes entre os países mais e menos desenvolvidos estão na base dessa pressão migratória, a que se associam as dificuldades económicas do Leste europeu e situações de grande carência ou conflito por que passam outras áreas do globo. Acresce a pressão demográfica de países mediterrânicos, onde também afloram situações preocupantes de fundamentalismo religioso.

Outras questões que podem provocar instabilidade relacionam-se hoje com o ambiente, com a utilização da água e com o recurso a fontes de energia e o seu transporte.

A este quadro corresponde um ambiente internacional dominado pela globalização e pela interdependência. As novas tecnologias, a velocidade crescente de transmissão de dados, a facilidade de comunicações e da circulação da riqueza, serviços e pessoas estão na base da criação de grandes espaços onde se integram estados com afinidades, nomeadamente geográficas e históricas, que consolidam depois processos mais complexos de decisão política conjunta.

As decisões que afectam milhões de cidadãos acabam por ser tomadas, desta maneira, a um nível mais distante, o que obriga à disponibilidade permanente dos responsáveis políticos para promoverem a informação sobre as suas opções, sob pena de incompreensão do alcance das mesmas e da consequente dificuldade em as levar à prática.

Os hábitos, os comportamentos e as correntes de pensamento embora continuando a evoluir de geração para geração, através da família, da escola ou da rede de relacionamentos criada em cada comunidade são hoje fortemente alterados pelas novas tecnologias de transmissão de dados e informação. E sendo estas cada vez mais sofisticadas e de fácil

acesso, com conteúdos sempre mais inovadores e apelativos, os jovens de hoje confrontam-se com uma permanente mudança. Esta é, no entanto, determinada por uma realidade tecnológica e civilizacional que encerra virtudes e potencialidades que devem ser valorizadas de forma útil e positiva para cada sociedade.

Os países e a defesa dos seus interesses vitais deixaram de ser confinados às históricas e tradicionais fronteiras terrestre, marítima e aérea. Os estados integram hoje organizações supranacionais que decidem e agem colectivamente, projectando a muitos milhares de quilómetros de distância os interesses dos seus membros, mas também a sua responsabilidade nas políticas seguidas e nos meios para as concretizar. E estes vêm assumindo uma crescente sofisticação tecnológica, correspondendo, aliás, à tendência da restante sociedade, mas colocando questões orçamentais que só poderão ser ultrapassadas com recursos a novos meios de financiamento e ao efeito reprodutivo das contrapartidas que advêm para as indústrias de defesa nacionais, nomeadamente através de parcerias internacionais que permitirão a actualização tecnológica e o reforço de posições concorrenciais.

A defesa dos interesses específicos de cada estado passa, assim, por ter assento e participar nas instâncias internacionais com capacidade, que lhe advêm da coerência de actuação para influenciar as decisões. Os instrumentos de que se munem as sociedades para poderem ter essa influência são, por isso mesmo, essenciais para garantir a defesa dinâmica da identidade nacional.

Portugal é hoje um país fortemente empenhado na construção europeia, desempenhando também um papel activo na OSCE, organização de que deterá a presidência no próximo ano. É também membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Pertencemos, por isso, a um espaço de progresso e estabilidade que respeita os valores essenciais e fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido temos vindo a estar presentes em palcos internacionais, com o objectivo de agir humanitariamente e garantir a paz em zonas de conflito.

A presença portuguesa nessas situações deriva dos compromissos assumidos pela nossa política externa, mas também representa o contributo para a paz e segurança da Europa e do Mundo. Estamos assim a manter intacta a nossa capacidade de influenciar e de ter uma palavra importante nos debates que se travam no espaço global a que pertencemos. Essa actuação contribui para que sejam defendidos os valores e a história que nos individualizam como povo.

O quadro atrás referido motiva que façamos um esforço de informação relativamente a um conjunto de situações que são vitais para Portugal como país secular e com uma identidade nacional que é potenciada pela presença das comunidades portuguesas exis-

tentes em todo o mundo e pelos laços de cooperação e amizade em que assenta a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Este vasto conjunto de situações irão merecer, tudo o indica, o acompanhamento da revista “Nação e Defesa”, dando continuidade à prática seguida até agora. Desejo que o prosseguimento deste trabalho contribua para a salvaguarda dos interesses nacionais e da projecção de Portugal no Mundo.